

Projeto pode ser mudado na Câmara

COMO VOTAM OS DISTRITAIS

Contra	A favor	Indeciso	Alternativa
(PMDB)	(PT)	(sem partido)	(PSDB)
Luís Estevão	Lúcia Carvalho	Adão Xavier	Marcos Arruda
Manoel Adnrade	Cafu		José Edmar
Daniel Marques	Eurípedes Camargo		Peniel Pacheco
Tadeu Filippelli	Wasny de Roure		Marco Lima
Jorge Cauhy	Geraldo Magela		
Edimor Pireneus	(PC do B)		
Benício Tavares	Miquéias Paz		
Odilon Aires	(PDT)		
(PL)	João de Deus		
Renato Rainha	Zé Ramalho		
	(PPS)		
	Cláudio Monteiro		
	(PTB)		
	César Lacerda		

Layrce de Lima

O projeto que estabelece alíquotas progressivas para o IPTU apresentado pelo Governo está dividindo as opiniões na Câmara Legislativa. Mesmo com dez votos favoráveis, a bancada do Governo vai ter de enfrentar a oposição acirrada do PMDB. Além dos oito votos do partido, a oposição tem o apoio de Renato Rainha do PL e já corteja o indeciso Adão Xavier (sem partido). Correndo em raias diferentes, o PSDB pretende apresentar uma proposta de acordo ao GDF para mudar o projeto.

O líder do PSDB na Câmara, Marcos Arruda, promete uma reunião da bancada ainda essa semana. Apoiado pelo vice-presidente da Casa, José Edmar (PSDB), ele quer discutir a possível punição da classe média com o novo cálculo do imposto. "Temos que encontrar uma solução intermediária", adianta.

Código - O deputado Peniel Pacheco (PSDB) também aposta na modificação do projeto. "Nenhuma proposta de aumento de imposto pode ser aceita sem

uma reforma do código tributário do GDF, que já está caduco". Peniel sustenta que o código foi elaborado para desestimular a instalação de indústrias. "A cidade estava prevista para ser meramente administrativa, mas agora precisamos de empregos", propõe. Até mesmo os deputados que apoiam o projeto querem apresentar emendas. Para Cláudio Monteiro (PPS), a preocupação são as pessoas.

A estratégia do vice-líder do PT para tentar aprovar o projeto sem emendas é a pressão popular. "O Governo não tem preocupação em convencer deputados e sim em convencer a comunidade porque o voto do parlamentar a acompanha". Também será em cima do conhecimento da comunidade que a oposição pretende trabalhar. "Não vejo como um apartamento de três quartos no Plano Piloto e Taguatinga possam ter aumento de 75% no imposto se o funcionalismo está sem reajuste há 21 meses e o setor privado reajustou de dez a 14%", ataca Luiz Estevão, líder do PMDB.